

**A educação e as competências socioemocionais do trabalhador/a no século XXI: a
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina em ação**

*Worker's education and soft skills in 21st century: The Federation of Industries of Santa
Catarina State in action*

Alessandra Luíse Nienkotter
Mariléia Maria da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC)
Florianópolis - Brasil

Resumo

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) possui, em seu portal de notícias *on-line*, informativos publicados semanalmente desde meados de 2009. Objetiva-se, nesta pesquisa, analisar os informativos e matérias que tratam de educação, tanto no âmbito dos cursos de educação profissional próprios da Fiesc quanto das ações e formulações para a educação pública do estado de Santa Catarina. A pesquisa se deteve em analisar especificamente os informativos que abordam as “competências socioemocionais” propostas para a educação. Mediante conceitos gramscianos, compreende-se que a Fiesc é um aparelho privado de hegemonia que produz consensos e, ao mesmo tempo, atua na sociedade civil com projetos oriundos das diferentes frações da burguesia industrial, sendo o portal *on-line* um dos canais de propagação das formulações de seus intelectuais, e a defesa das competências socioemocionais uma forma de conformação e apaziguamento da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Fiesc; educação; competências socioemocionais.

Abstract

The Federation of Industries of the State of Santa Catarina has, in its online news website, newsletters published weekly since mid-2009. The objective of this research is to analyze those that approach education, from propositions to formulations within the scope of professional education and public education in the state of Santa Catarina. The research focused on specifically analyzing the newsletters articulate with said “softskills”. Supported by Gramsci concepts, we understand that Fiesc is a private apparatus of hegemony that produces consensus and, at the same time, works in civil society with the industrial bourgeoisie’s projects, with its online portal being one of the channels of production and propagation of the formulations of its intellectuals, and the defense of soft skills a form of conformation and appeasement of the working class.

Keywords: Fiesc; Education; Softskills.

Introdução

O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa sobre as políticas da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) para a educação pública¹. Para o desenvolvimento do estudo foram selecionados e analisados cerca de 200 informativos sobre educação, publicados no portal *on-line* da referida entidade, no período de 2009 a 2018. Esses informativos compilam, semanalmente, notícias e artigos de opinião relativos à diversas áreas, com foco principalmente na indústria catarinense. A pesquisa teve como um dos objetivos analisar o perfil de trabalhador/a defendido pela Fiesc quando advoga em favor das “competências socioemocionais” como um valor a ser ensinado na formação escolar, sobretudo no ensino fundamental e médio. Entende-se que essa reflexão é de grande interesse no âmbito acadêmico, uma vez que a escola forma o “aluno/a” e, certamente, tal formação, por princípio, deve estar sustentada em uma concepção de conhecimento que permita ao sujeito apreender o mundo de forma crítica, tendo acesso ao que, historicamente, foi produzido pela humanidade. No entanto, há forte pressão para que a escola “aproxime-se” das necessidades do mercado de trabalho e responda aos seus interesses mais imediatos. Essa visão utilitarista da escola tem sido fortalecida nos últimos anos e tem se constituído em uma posição hegemônica (no sentido gramsciano), ainda que resistências também estejam presentes.

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa documental, constituída de informativos e artigos de opinião coletados no *Portal FIESC*, depositados em um banco de dados construído especificamente para a pesquisa.

Após o levantamento dos documentos, foram feitas leituras dos informativos semanais com vistas à seleção de notícias dentro do escopo da pesquisa. Na leitura inicial dos informativos do *Portal FIESC*, percebemos a defesa de uma suposta “educação do século XXI”, fundada em competências socioemocionais, tidas como necessárias para que a escola esteja pronta para preparar as crianças e jovens para o dito “atual mundo do trabalho”. Tal defesa não é originária da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, e tampouco inédita no Brasil, sendo bastante propagada nos discursos do Movimento Todos pela Educação, no qual a Fiesc também colabora com parcerias, e internacionalmente pelo Banco Mundial (BM),

pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir do volume de informações gerado pelas leituras realizadas previamente, percebemos a frequência expressiva da noção de “competências socioemocionais”, entendidas como habilidades subjetivas com objetivos variados, indo do controle emocional até a tomada de decisões, empatia, iniciativa e resiliência. Essas competências são um desdobramento das *soft skills*, conforme termo no original em inglês, que, em tradução livre, significa habilidades flexíveis ou maleáveis; em contraposição às *hard skills*, habilidades técnicas e/ou instrumentais.

Portanto, emerge daí o interesse em investigar a apologética a essas competências, presente nos informativos da Fiesc, com a consequente defesa do emprego delas no âmbito da educação básica brasileira e, em particular, em Santa Catarina. Assim, temos como finalidade neste artigo identificar e analisar o perfil de trabalhador que a federação almeja quando advoga por uma educação orientada por competências socioemocionais.

O método de análise utilizado é o materialismo histórico-dialético, considerando que a produção da nossa existência define o nosso ser social, e, nesse aspecto, a educação ou a formação do aluno/trabalhador constitui-se como mediação importante a ser compreendida, seja na perspectiva do próprio capital, seja na perspectiva de superação do capital, isto é, na sua natureza crítica. Assim, algumas categorias e conceitos de análise oriundos desse método sustentam este estudo.

O primeiro deles é o entendimento de Estado e o que lhe compete. Partilhamos da concepção desenvolvida por Vladimir Lênin (1870-1924), tratando então o Estado como “[...] produto e a manifestação do caráter inconciliável das classes” (2017, p. 29). Indo além, é a partir da ideia de que o Estado é composto pela sociedade civil e sociedade política, como formulou Antonio Gramsci (1891-1937), que procuramos entender o papel da Fiesc e outros setores do empresariado brasileiro na sociedade civil e o seu interesse na educação pública.

Para apreender a atuação da Fiesc na educação básica, nos amparamos no conceito de aparelhos privados de hegemonia (APH), também de Gramsci. Os APHs, segundo o autor, compõem a sociedade civil. Igrejas, escolas, partidos e imprensa, por exemplo, podem ser considerados aparelhos, e “educam” o consenso do Estado através “[...] das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2019, p. 121).

No que compete às questões relativas ao trabalho, utilizamos os estudos de Antunes (2014) e Fontes (2017) na leitura da atual situação do trabalho no Brasil. Estabelecendo uma ponte entre o discurso defendido pelo empresariado catarinense e o perfil de trabalhador exigido hoje no mercado de trabalho, procuramos compreender a relação entre trabalho e educação mediada pelas propagandeadas competências socioemocionais.

Este artigo está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira, apresentamos sucintamente a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e sua relação com a educação no Movimento Santa Catarina pela Educação. Argumentamos que a Fiesc, conforme visão gramsciana, constitui-se como um importante aparelho privado de hegemonia das frações burguesas de Santa Catarina. Na segunda, evidenciamos de que modo as competências socioemocionais são abordadas nos informativos e artigos do *Portal da Fiesc*. Na terceira, discutimos a relação trabalho, educação e produtividade, bem como a finalidade e o formato que o modelo das competências adquire nas formulações da federação. Por fim, nas considerações, denuncia-se a estreita vinculação entre o discurso relativo às competências socioemocionais e a intensificação da expropriação e exploração da força de trabalho, de modo a garantir maior produtividade para o capital e, conseqüentemente, o aumento da taxa de lucro aos capitalistas.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina é uma entidade de sindicatos patronais criada em 25 de maio de 1950 “[...] com o objetivo de estabelecer uma entidade para representar os industriais, suas lutas e alavancar as bandeiras do setor” (FIESC, 2020, p. 47)ⁱⁱ. O primeiro presidente da Fiesc foi Celso Ramos (1897-1996). De família pecuarista, tinha sido o fundador do primeiro sindicato patronal madeireiro de Santa Catarina. Em uma viagem ao Rio de Janeiro, em 1950, conhece Evaldo Loudi, empresário fundador da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ramos, desejando integrar todos os sindicatos patronais de SC em uma entidade única e filiá-la à CNI, estuda a fundação da federação nos meses seguintes. Pouco tempo depois, a Fiesc já estava estabelecida e reconhecida pelo Ministério do Trabalho e apta a ser filiada à CNI, o que se concretizaria no ano seguinte, em 1951. Em seus planos iniciais, a Fiesc já buscava um grande financiador de crédito para a expansão de suas atividades. Três anos após sua fundação, o então presidente Getúlio Vargas funda o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que seria um grande parceiro financiador da federação em anos vindouros.

Na década de 1970, na gestão do administrador Carlos Cid Renaux, a federação adotou oficialmente suas palavras de ordem até hoje: produtividade e competitividade. Palestras e cursos aconteciam por todo o estado. Nesse período ocorre a expansão industrial, e, segundo a Fiesc (2020, p. 75), as exportações do estado aumentaram em cinco vezes.

A década de 1980 foi marcada pela retração econômica e a inflação disparou durante os últimos anos da década, em contrapartida, a agroindústria do estado expandiu, gerando grande produtividade para a indústria catarinense. Em 1986, Milton Fett é eleito presidente, permanecendo no cargo até 1992. Fett foi o responsável pela mudança e atualização da administração da federação, criando comissões especiais e setoriais que viriam a tornar-se as atuais câmaras setoriais e temáticas. Nos anos de 1990 a Fiesc internacionaliza suas ações com o objetivo de construir vínculos maiores com o mercado global. Foi criado o Centro Internacional de Negócios (CIN). As indústrias catarinenses, por sua vez, procuraram investir em novas tecnologias buscando competir em nível internacional.

Adentrando na segunda década deste século, a Fiesc toma como uma de suas principais bandeiras a educação, e, em 2012, funda o movimento A Indústria pela Educação, na gestão de Glauco José Côrte, que foi um dos presidentes mais prolíficos em relação aos programas e incentivos educacionais. Segundo Côrte, a inovação e competitividade da indústria estão intimamente ligadas à educação, sendo então uma causa fundamental a ser defendida pela federação. A Indústria pela Educação prometia se empenhar com o nível de escolaridade e capacitação dos seus trabalhadores, sendo que, à época, mais da metade não possuía formação além do ensino fundamental.

Na lista de grandes parcerias do movimento, descritas no site dedicado a divulgar as ideias e ações propostas e realizadas, podemos encontrar o Governo de Santa Catarina, o Todos pela Educação, o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Natura, *Google for Education* e MindLab.

É interessante observar que no informativo de número 315, *Educação efetiva exige interação entre família, escola e comunidade* (2013), Fernando Luiz Abrúcio, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e articulista da *Revista Época*, afirma que o Brasil precisa de “[...] um esforço compartilhado para superar seu déficit educacional em pouco tempo”, com a “[...] participação de todos os atores da sociedade” (FIESC, 2013, s.p). Nessa visão, a sociedade

capitalista não tem classes, tem atores. A noção de “atores da sociedade” horizontaliza a posição de classe.

A tarefa do empresariado e do Movimento Indústria pela Educação é, justamente, liderar essas ações para a real atuação das frações burguesas nas políticas de educação. O objetivo, além de ampliar o consenso em torno de seus interesses, incorporando outros setores da burguesia, é abrir cada vez mais espaço para alianças com o Estado, na consolidação de seus ideais e na elaboração de políticas que vão ao encontro das suas demandas. Não nos surpreende o vínculo orgânico da Fiesc com os diferentes governos, pois, para Lênin (2017, p. 29), o Estado cumpre seu papel histórico: “[...] surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis”. Partindo, então, do Estado como instância de resguardo dos interesses de classe, é concebível que instituições privadas se organizem para, além de construir o discurso de que alianças entre público e privado são necessárias, tentem espaçar um caminho para isso através de ações em conjunto, reforçando o discurso da responsabilidade social na colaboração para toda a sociedade. Desse modo,

[...] dado o caráter de classe do Estado, da sua função de conservação da propriedade privada e de salvaguarda dos interesses dominantes, é urgente o contraponto à concepção liberal-burguesa do Estado como comunidade ilusória e à ineficácia das lutas políticas que, embrenhadas somente no seio deste, acabam por encobrir as lutas efetivas das diferentes classes. (SILVA; MARCASSA, 2020, p. 219)

Gramsci (2019), em suas formulações durante o cárcere, irá debruçar-se em compreender o processo de dominação do Estado moderno, incorporando ao conceito de Estado, trabalhado por Lênin, os conceitos de sociedade política, sociedade civil e Estado integral. No primeiro estão os aparelhos governamentais de administração e organização. Já na sociedade civil está o conjunto de organismos dos quais Gramsci chamará de aparelhos privados de hegemonia (APH), que formulam, consolidam e difundem projetos de sociedade. O Estado integral, ou ampliado, caracterizar-se-ia pela atuação orgânica entre o Estado político (Estado restrito) e sociedade civil.

Para o autor e revolucionário sardo, preocupado também em analisar o Estado e sua relação com os consensos que vertem na sociedade civil, como a cultura de massas, o conformismo social ou a ideia do “homem coletivo”, esses nada mais são do que

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2019, p. 23, grifo no original)

Em nossa análise, compreendemos a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina como um APH da fração burguesa industrial. Isso posto, entendemos que a entidade precisa ocupar esses espaços no Estado para estabelecer sua agenda e seus interesses de classe através da construção e propagação de consensos. Uma das formulações presentes nos consensos estabelecidos pelos APHs é justamente o apagamento das contradições capital-trabalho, de ordem própria do capitalismo.

Esse consenso das classes dominantes “[...] chega nas classes subalternas por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia” (GRUPPI, 1976, p. 13). O portal de notícias da Fiesc e seus informativos seriam, desse modo, canais/meios utilizados por essa fração industrial, pois, além de trazer suas formulações, projetos e relatórios das suas ações, dá voz para seus intelectuais, que “[...] respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas, também, pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por eles representada” (MENDONÇA, 2014, p. 35).

O modelo de educação por competências socioemocionais nos informativos da Fiesc

De acordo com os dados do material analisados, os informativos da federação começam a tratar das competências dentro da educação profissional no ano de 2011. Tais competências nem sempre eram nomeadas como “socioemocionais”, mas estavam submersas em discursos em consonância com a ideia da necessidade de habilidades no nível psicológico; discursos esses que vão tomando contornos mais visíveis com o passar dos anos, incluindo a própria definição de socioemocional.

No informativo da Fiesc de número 222, *Jovens brasileiros relutam em buscar formação técnica* (2011a), apresenta-se um discurso de Sérgio Roberto Arruda, então diretor regional do SENAI, proferido na palestra o seminário Educação: Tendências e Perspectivas, promovido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). Arruda afirma: “[...] na educação profissional deve-se focar na construção de competências e não na transmissão de conhecimentos”. Em

outro evento, no mesmo ano, o diretor ainda afirma que “[...] as escolas brasileiras não tiveram a capacidade de se reinventar para a nova geração” (FIESC, 2011a, s.p).

A nova geração, descrita nesse mesmo informativo pela psicóloga Andresa Darosci (2011b, s.p), do SENAC, seria a “geração Y”, que busca constante satisfação profissional e pessoal, que procura empresas que possam investir na sua aprendizagem e trazer resultados imediatos. Ainda segundo a psicóloga, é uma geração que trabalha e atua frente à tecnologia, sendo profissionais criativos, inovadores, questionadores, além de não possuírem sólido compromisso com as empresas empregadoras, mas sim com a sua formação profissional, seu aprendizado e crescimento.

Até o ano de 2013, a noção da educação por competências era apresentada pela Fiesc só no âmbito do ensino técnico. A partir de 2014 os informativos com essa noção abrangem o ensino básico brasileiro, e novamente é posta como a solução para a produtividade e competitividade da indústria e para a superação do “atraso” das escolas brasileiras. Também a partir desse marco, o número de informativos assinados por Glauco José Côrte aumenta significativamente. Publicados na seção *Artigo de opinião*, expressam a visão de Côrte sobre educação, trabalho e os desafios do século XXI, assim nomeado pelo autor. Em um desses artigos, escreve:

A visão de mundo mudou. O Brasil tem que mudar sua forma de educar. Os professores precisam estar comprometidos com a preparação de nossos futuros cidadãos-trabalhadores. Devem ter paixão pelo que fazem e despertar nos alunos a curiosidade do saber, como dizia Tomás de Aquino (FIESC, 2014a, s.p.).

Ainda em 2014, a Fiesc promove um *workshop* internacional de educação, apresentado no informativo de número 387, *Escrever e fazer cálculos é pouco para um profissional do século XXI* (2014b). As competências socioemocionais aparecem na fala de Viviane Senna, diretora do Instituto Ayrton Senna, parceiro do Movimento Todos pela Educação e grande promotor do modelo de educação por competências. Viviane Senna afirma que habilidades como iniciativa, flexibilidade, trabalho em equipe, colaboração, disciplina, respeito, responsabilidade, inovação e criatividade devem ser trabalhadas na escola básica. Seu discurso possui um forte apelo pela educação como instrumento de mobilidade social, chegando a afirmar que: “É a educação, e não uma bolsa família, que fará com que as pessoas transitem de um mundo para outro ” (FIESC, 2014b, s.p). Eduardo Deschamps, então

Secretário de Educação de Santa Catarina (2012-2018), também esteve presente no mesmo evento. Em sua fala, descrita no informativo, afirma que a educação básica catarinense precisa de um bom currículo, professores capacitados e boa gestão, além do desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Em 2016, os discursos da Fiesc pela mudança da educação básica ganham tons mais explícitos e uma invocação mais direta. Os informativos passam a clamar por uma reforma do ensino médio, para que a educação pudesse, então, ser “convertida” em produtividade para a indústria. Em novembro, no mesmo ano, relatam no informativo de número 486, *Ensino médio integral pode converter educação em produtividade* (2016), a reunião do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias. Presentes na reunião, além do então presidente Côrte, estavam Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, e o já referido secretário de educação do estado de Santa Catarina. O secretário afirma que o ensino médio deveria, além de abarcar a educação profissional, integral, e a flexibilização curricular, estar alinhado às competências do século XXI.

É importante ressaltar que em agosto de 2016, após o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (gestão de 2011 a 2016), Michel Temer (gestão de 2016 a 2018) assume a presidência do Brasil. No início de 2017, após seis meses no cargo, Temer sancionou a Medida Provisória nº 748/2016, promulgando a Reforma do Ensino Médio. Concordamos com Motta, Leher e Gawryszewski (2018), que, nesse momento, temos uma nova conjuntura política e econômica de recomposição burguesa em nível local, nacional e mundial. Assim, entende-se o governo de Temer como o momento de aceleração de medidas de reenquadramento do padrão de acumulação no país, que, em seu conjunto, tinham como propósito criar as condições ideais para uma brusca queda do custo geral da força de trabalho e da produção de bens e serviços.

No informativo 497, *Bid aportará US\$ 100 mil no Movimento SC pela Educação* (2017), a Fiesc anuncia um aporte de 150 mil dólares para o Movimento SC pela Educação feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)ⁱⁱⁱ. O subsídio foi feito para o financiamento de capacitação para docentes da rede estadual de ensino e do SENAI, para a atuação no modelo de formação integral no ensino médio. O novo modelo pretende a integração em 14 escolas da rede pública, quatro em Centros de Educação Profissional (Cedup) e duas unidades do Senai, e tem como objetivo formar os docentes para o desenvolvimento de valores e

competências, visto que, segundo o Movimento SC pela Educação, necessita-se de uma capacitação para empregos mais exigentes no futuro.

A Fiesc apresenta no informativo 547, *Movimento SC pela Educação alinha ações para 2018* (2018a), o plano de trabalho das ações do Movimento SC pela Educação para o ano. Apenas dois planejamentos constam no plano apresentado: a promoção da educação integral e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais necessárias para viver o século XXI. Pouco depois da apresentação do plano de 2018, Côrte se encontra com o então presidente Michel Temer para discutir o ‘aligeiramento’ das parcerias público-privadas na educação “[...] como forma de proporcionar sustentabilidade ao desenvolvimento e gerar empregos com a ampliação dos investimentos” (FIESC, 2017, s.p).

No ano de 2018, no informativo 560, *Movimento SC pela Educação entrega contribuição à BNCC* (2018b), o Movimento Santa Catarina pela Educação participou ativamente do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Conselheiros compareceram na primeira audiência pública da formulação da BNCC, assessorada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), sediada em Florianópolis no dia 11 de maio. Na audiência, os conselheiros entregaram um documento intitulado *O olhar dos jovens sobre a educação catarinense*, elaborado em 2017 e organizado pelo próprio Movimento Santa Catarina pela Educação. Antônio José Carradore, assessor executivo da Fiesc, Anderson Rauber, coordenador de projetos aplicados à educação do Movimento Santa Catarina pela Educação, e Itamara das Graças Hack, consultora de educação da Fiesc e do Movimento Santa Catarina pela Educação, também participaram da organização do material.

A BNCC se tornou uma bandeira com grande importância nos informativos da Fiesc. Em junho de 2018, é relatado no informativo de número 565, *Movimento SC pela Educação e FECAM realizam seminário* (2018c), e *Em Blumenau, Movimento debate educação integral e BNCC* (2018d), a parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED) e o Sesc, com os quais o Movimento Santa Catarina pela Educação organizou o seminário *A Educação Integral e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da Reforma do Ensino Médio: Os Desafios da Educação para o Mundo do Trabalho*. Para Mozart Neves, na época diretor do IAS, a BNCC abre espaço para necessidades mais urgentes no currículo básico brasileiro: “[...] focar em habilidades socioemocionais, no desenvolvimento do pensamento crítico, na colaboração e

no trabalho em equipe. [...] Ter uma formação que dialogue com as necessidades do século 21” (FIESC, 2018d, s.p).

Segundo os informativos selecionados e analisados, do ano de 2009 até 2018, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina afirma que o grande entrave da competitividade e da produtividade da indústria catarinense e nacional é a baixa qualidade da formação na educação básica. Para os informativos e artigos publicados em seu Portal *on-line*, a desatualização da escola perante os desafios do século XXI é um dos maiores problemas que a indústria enfrenta hoje. Também segundo a federação, o modelo de educação por competências cognitivas e socioemocionais, dentro do ensino médio integral e integrado à educação profissional, seria a solução para o “desentrave” e, conseqüentemente, o desenvolvimento das indústrias, que poderão concorrer de igual para igual no cenário internacional competitivo.

Na tabela a seguir, descrevemos os informativos que tratam especialmente sobre o modelo de educação por competências defendido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Tabela 1 – Número e quantidade de informativos que versam sobre o modelo de educação por competências socioemocionais por ano

Ano	Quantidade	Informativos
2009	3	138, 140, 143
2010	1	162
2011	7	206, 209, 212, 222, 225
2012	1	274
2013	2	315, 337
2014	4	368, 381, 385, 387*
2015	4	400, 405, 435, 436
2016	7	449, 457 , 470, 473, 474 , 486, 487
2017	3	497, 526, 535
2018	14	547, 549 , 550, 553, 557, 565 , 566, 569, 570, 571, 576

Fonte: elaboração própria com base nas informações coletadas no site da Fiesc.

Acesso em: <https://www2.fiescnet.com.br/web/index.php>

*Utilização *ipsis litteris* da expressão “competências socioemocionais”.

No total são 43 informativos dentro de um universo de 205 no recorte temporal selecionado para a pesquisa. Lembramos, novamente, que nem todas as vezes a Fiesc nomeia

as competências como socioemocionais, usando outros termos como “competências globais”, “competências comportamentais”, “competências cognitivas”, “competências sociais”, ou até “competências do século XXI”. Dentro da análise feita na pesquisa, interpretamos todos os termos e elaborações como sendo de uma mesma origem e finalidade.

A relação educação e produtividade

A insistência e supervalorização das supostas competências-chave do século XXI, como ‘inovação’, ‘criatividade’ e ‘iniciativa’, costuram um discurso de que a escola brasileira não atualiza seu formato para a nova geração, formando indivíduos despreparados para o mercado de trabalho e para a ‘vida’, o que, por fim, acarreta altas taxas de desemprego, baixa produtividade e pouca competitividade da indústria; alinhando o discurso na defesa da dita “indústria 4.0”, fenômeno “inevitável” e que necessita ser pavimentado já na educação básica.

A noção de indústria 4.0 aparece pela primeira vez nos informativos no ano de 2016 e ganha corpo em 2018, junto com a defesa curricular das competências socioemocionais. Sobre essa questão, adverte Antunes (2018, p. 34):

Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e controlando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI.

De acordo com a Fiesc, a escola catarinense não está atendendo às demandas da nascente indústria 4.0, afetando diretamente o setor industrial do estado. O informativo 550, *Educação precisa de uma revolução, diz Côrte em evento no ITA sobre Indústria 4.0* (2018e), discorre sobre uma palestra proferida por Glaucio José Côrte no seminário Indústria 4.0, promovido pelo Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), em março de 2018. O então presidente da Fiesc afirma que há, primeiramente, um grande atraso da indústria brasileira em relação ao modelo de negócios da indústria mundial, e uma escassez de força de trabalho que possua as novas habilidades requeridas. Côrte afirmou, sem citar claramente as fontes, que 82% dos “empregos do futuro” exigirão habilidades cognitivas dos trabalhadores.

A produtividade da indústria e seu reflexo no desempenho competitivo são preocupações bastantes presentes nas manifestações da burguesia industrial e empresarial brasileira há décadas, tais manifestações aparecem alinhadas às discussões sobre educação, já que, para essas frações, um maior investimento na educação básica teria relação direta com a alta da produtividade do país.

A relação da produtividade com a educação básica perpassa pela própria formação da força de trabalho, crucial por seu caráter de fonte geradora de valor:

Na medida, portanto, que a formação dessa força de trabalho mais estiver propensa a gerar valor nas condições que lhe é proporcionada, menor seriam os custos para os capitalistas em treinar, adaptar e forjar subjetiva e objetivamente que esse trabalhador atenda aos requisitos daquele determinado processo produtivo (GAWRYSZEWSKI; MELLO, 2020, p. 2).

Em contraexemplo à educação brasileira, a Fiesc aponta países produtivos no cenário mundial e, conseqüentemente, bem-sucedidos ao implementar o modelo de competências em seu sistema educacional, como Finlândia, Japão e Canadá, países que, como a federação nos recorda, são líderes do *ranking* do Pisa^{IV}. A validade, ou não, de métodos e modelos educacionais que aparecem nos informativos estão diretamente ligados ao seu sucesso em países no centro do capitalismo, na Europa, América e Ásia, além das avaliações de larga escala como PISA. O problema dos ‘modelos’ apresentados e defendidos pela federação é que só existem para serem descartados ou seguidos, abstraindo o lugar que esses países ocupam na Divisão Internacional do Trabalho. Ou seja, nessa visão não existe capitalismo central ou periferia do capital, tampouco processos históricos e sociais que evidenciem as particularidades de nossa formação econômico-social, enquanto colônias ou semicolônias, cuja caracterização é o capitalismo dependente. Conforme Marini (2005, p. 141), essa dependência ocorre mediante uma “[...] relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

O obscurecimento de nossa condição histórica de capitalismo dependente, e suas implicações no processo de superexploração da força de trabalho, propicia mirabolâncias retóricas como a noção de modelo de competências socioemocionais, ao associarem o desenvolvimento de tais competências – tomadas como atributos individuais passíveis de serem desenvolvidos nas escolas – com o processo de flexibilização das condições de trabalho. Fortemente defendido pela federação, esse pérfido modelo reforça a ideia de obter

as competências necessárias para uma disponibilidade flexível quando necessário para o capital. Para Fontes (2017), configura-se então o trabalho sem emprego, ou seja, o modelo de prestação de serviços em que não há vínculos ou direitos para os trabalhadores e trabalhadoras, pois são apenas prestadores de serviços remunerados, são empreendedores da própria força de trabalho enquanto, na verdade, há apenas uma forma de extração direta de valor.

Fontes (2017) toma o exemplo da empresa Uber como a que utiliza o modelo de trabalho sem emprego: a empresa não é proprietária direta dos automóveis e celulares utilizados pelos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, as ferramentas e meios de produção que são utilizados no serviço de corridas ou “caronas pagas”; mas, ainda assim, a empresa controla tanto a produção quanto a força de trabalho e mercado consumidor, sem de fato ter um vínculo empregatício como mediador entre a produção e seus trabalhadores. Dessa forma, a Uber detém a propriedade dos recursos sociais de produção. Tal modelo da empresa, apesar de enfrentar vários movimentos de resistência e formação sindical dos trabalhadores em escala global nos últimos tempos, é juridicamente regulamentado pelas administrações municipais, o que, além de mostrar uma tentativa de facilitação da iniciativa que não precisa encarar uma legislação federal, mostra que é também desejável para o Estado em perfeita comunhão com os interesses privados e suas relações de subordinação, sem mediação empregatícia. Nessa relação entre empresa e Estado:

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora) (FONTES, 2017, p. 49).

Como dito anteriormente, a educação como fator de produtividade e competitividade é algo amplamente defendida por frações burguesas nacionais e internacionais. Essa defesa tem sua base de pensamento na teoria do capital humano^v, do economista Theodoro Schultz (1902-1998).

De acordo com Fonseca e Ferreira (2020, p. 9), no contexto atual, quem assume o posto da teoria do capital humano é a noção de empregabilidade que “[...] consiste no

pensamento de que cabe ao trabalhador se qualificar o quanto pode para se tornar empregável para uma quantidade diversa de postos de trabalho”. Essa noção aparece com muita frequência nos discursos da Fiesc, principalmente no que tange à educação profissional e à educação no modelo das competências, o que, para a Federação (2016, s.p), poderá “solucionar” a “inadequação” dos trabalhadores para as “demandas do trabalho do século XXI”. É como se houvesse “pleno emprego” para toda a população ativa do país; porém, caberia aos trabalhadores e trabalhadoras adaptar-se para as demandas dos postos de trabalho disponíveis na atual realidade do mercado.

Esses novos conhecimentos, competências e habilidades que supostamente darão conta das demandas da ‘revolucionária’ ciberindústria, e que absolutamente não estão presentes na ‘atrasada’ educação básica brasileira, segundo os industriais, abrem um grande espaço no currículo para oferta de formações práticas ou itinerários formativos pensados por aparelhos privados de hegemonia. Segundo Motta e Gawryszewski (2020) tal arranjo curricular, (BNCC+itinerários) voltado para o desenvolvimento de competências socioemocionais, é de fato a materialização do projeto educacional dos industriais, que desde os anos de 1990 vem sendo debatido e demandado, na tentativa de viabilizar a qualificação profissional no ensino médio para a readequação produtiva da indústria.

Considerações finais

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina publica em seu *site*, desde 2009, informativos semanais ou *newsletters* sobre educação, que remetem a ações e programas do Sistema S e do Movimento Santa Catarina pela Educação, e em parcerias com o Estado, como ocorre na educação básica pública. Nesses documentos *on-line* é recorrente a Fiesc se posicionar a favor de uma educação formal mediada por competências socioemocionais, que seria o caminho para que a escola de hoje se tornasse uma escola com o nível demandado pela indústria do século XXI. Assim, segundo a federação e seus parceiros, a indústria poderia alcançar o patamar de produtividade e competitividade requerido pelo cenário internacional das últimas décadas. Tal posicionamento condiz, dentro de nossa análise, com a condição da Fiesc como aparelho privado de hegemonia. Assim, é necessário que produza consensos sobre a realidade na sociedade civil, abrindo caminho para ações e políticas demandadas pelo capital, já que a hegemonia “[...] não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo” (GRUPPI, 1976, p. 73).

A defesa das competências socioemocionais por parte da Fiesc revela uma imbricação de interesses que, em seu núcleo, tem como objetivo uma formação escolar que abrande os sujeitos, futuros trabalhadores e trabalhadoras, e os prepare para a obediência e conformismo perante um mercado de trabalho em que se intensifica a expropriação da força de trabalho a fim de gerar mais lucratividade para a burguesia industrial.

As competências socioemocionais são artifícios de socialização para lidar com um futuro incerto. Viver o hoje, sem compreender o passado e não poder projetar o futuro, nos faz refém daqui e agora, ou seja: atender aos requerimentos do setor produtivo e estar adaptado, inclusive no sentido subjetivo, às condições de precarização (vínculos de trabalho frágeis, situação de desemprego etc.) e tomá-las como “desafios” a serem suplantados. Vemos o deslocamento de um problema da ordem do capital para o nível pessoal ou interpessoal; e os APHs da classe burguesa precisam de consensos para manter esse convencimento. No caso da indústria brasileira, na fração burguesa em que a Fiesc está inserida, o problema da produtividade e competitividade passa a ser de ordem psicológica e subjetiva da força de trabalho que precisa ser formada e preparada servilmente para atuar no trabalho simples^{vi} da indústria do século XXI. Dito isso,

Em nome da educação para o mercado, da formação da “mão de obra”, isto é, educar para a obediência e o conformismo às normas mais ou menos estreitas da subalternidade, cresce o predomínio patronal direto sobre as escolas públicas, assim como aumenta a industrialização da educação (FONTES, 2016, p. 12).

As competências socioemocionais servem como mote para o projeto da fração burguesa industrial de formação de trabalhadores e trabalhadoras no sentido de estarem preparados e disponíveis para condições de trabalho cada vez mais precarizadas, na qual assumirão diferentes papéis em uma única função, muitas vezes em mais de um emprego, tornando a informalidade como ‘natural’ dentro do modo de produção atual. A ideia por trás de tal mecanismo é, sobretudo, intensificar a expropriação e exploração da força de trabalho de modo a garantir maior produtividade para o capital e, conseqüentemente, o aumento da taxa de lucro aos capitalistas.

Este artigo buscou contribuir na discussão em torno dos interesses da Fiesc pela formação direta da classe trabalhadora no âmbito da educação formal. Trata-se de uma discussão pedagógica, não no sentido restrito ao campo escolar, mas em sentido amplo, no

qual o processo pedagógico assume o caráter de uma formação enviesada, cujo sentido extrapola o escolar, justamente porque está em jogo, ao fim e ao cabo, a formação dos futuros trabalhadores que, das mais variadas formas, serão (e muitos já são) a força de trabalho a ser empregada/explorada pelo capital. Em outros termos, em uma sociedade na qual a forma de existência somente é possível pela venda da força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, entendemos ser de extrema relevância indagar qual é a ‘pedagogia do capital’.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, p. 39-53, 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0103_40142014000200004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 dez. 2020.

ANTUNES, RICARDO. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A terceirização como regra? **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 79, p. 214-231, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/55995>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

BID aportará US\$ 100 mil no Movimento SC pela Educação. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 497, 2017. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/435/idc/5570/temp/o> >. Acesso em: 05 set. 2018.

BID e Movimento Todos Pela Educação firmam parceria para ajudar a melhorar a qualidade da Educação Básica. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, 2013. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-02-05/ensino-fundamental-no-brasil%2C10318.html> Acesso em: 21 jan. 2021.

DIA internacional da educação, por Glaucio José Côrte. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 362, 2014a. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/290/idc/3577/temp/o> Acesso em: 26 ago. de 2018.

EDUCAÇÃO efetiva exige interação entre família, escola e comunidade. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 315, 2013. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/236/idc/2879/temp/o>. Acesso em: 15 ago. 2018.

EDUCAÇÃO precisa de uma revolução, diz Côrte em evento no ITA sobre Indústria 4.0. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 550, 2018e. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/491/idc/6342/temp/o> >. Acesso em 12 set. 2018.

EM Blumenau, Movimento debate educação integral e BNCC. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 565, 2018d. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativos/show/id/506/idc/6552/temp/0>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ENSINO médio integral pode converter educação em produtividade. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 486, 2016. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/422/idc/5399/temp/0>>. Acesso em: 02 set. 2018.

ESCREVER e fazer cálculos é pouco para um profissional do século XXI. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 387, 2014b. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/320/idc/4004/temp/0>. Acesso em: 26 ago 2018.

FIESC. **Fiesc, Indústria, Estado da Arte**. 1. ed. Florianópolis: Editora Expressão, 2020. Disponível em: <https://fiesc.com.br/70anos> Acesso em: 05 jan. 2021.

FONSECA, Janilson Gomes; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. A teoria do capital humano e a noção de empregabilidade: um estudo comparativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Ipanguaçu, v. 1, n. 18, e7859, 2020. <https://doi.org/10.15628/rbept.2020.7859>. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7859>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 5, p. 45-67, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 18 de out. 2018.

FONTES, Virginia. Formação dos trabalhadores e luta de classes. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 14, n. 25, 2016. <https://doi.org/10.22409/tn.14i25.p9618>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9618>. Acesso em: 18 out. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital humano. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html> Acesso em: 21 de jan.2021

GAWRYSZEWSKI, B.; MELLO, L. M. A agenda da produtividade da confederação nacional da indústria: qual o papel da (contra) reforma do ensino médio? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-27, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 3.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M.L; MADEIRA, Felícia R.; FRANCO, Maria Laura P.B. Franco. (orgs.). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 128-142.

JOVENS brasileiros relutam em buscar formação técnica. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 222, 2011. Disponível em: <<https://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/105/idc/1256/temp/0>>. Acesso em 08 ago. 2018.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 18 out. 2018.

MOTTA, Vânia Cardoso da; LEHER, Roberto; GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser Social** (UNB), v. 20, p. 310-328, 2018.

MOVIMENTO pela Educação e FECAM realizam seminário. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 565, 2018c. Disponível em: <httpwww2.fiescnet.com.br/webptinformativoshowid506idc6552tempo>. Acesso em: 10 set. 2018

MOVIMENTO SC pela Educação alinha ações para 2018. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 547, 2018a. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/informativo/show/id/488/idc/6318/temp/o> >. Acesso em: 10 set. 2018.

MOVIMENTO SC pela Educação entrega contribuição à BNCC. **Portal Fiesc**, Florianópolis, n. 560, 2018b. Disponível em: <httpwww2.fiescnet.com.br/webptinformativoshowid501idc6484tempo> >. Acesso em: 10 set. de 2018.

MOVIMENTO. **Movimento Santa Catarina pela Educação**, 2020. *Homepage*. Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/index.html>. Acesso em: 19 dez. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. A noção de competências na relação trabalho e educação: superando mitos e traçando horizontes. In: Maria Lucia Mendes de Carvalho. (Org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. 1. ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011, p. 15-34.

SILVA, Mariléia Maria da; MARCASSA, Luciana Pedrosa. O Estado contemporâneo sob as lanternas de Lenin: definindo o grande Leviatã. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 12, p. 205, 2020.

Notas

ⁱ Trata-se da pesquisa “A indústria pela Educação: um estudo das políticas da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) para a educação pública no alvorecer do século XXI”, desenvolvida no abrigo do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE). O artigo em tela integra também as discussões da pesquisa mais recente “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das

determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”, e de pesquisa realizada por uma das autoras no âmbito da iniciação científica e do mestrado, com bolsa de pesquisa da Capes.

ⁱⁱ Essa e demais informações sobre a trajetória da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, de 1950 a 2010, foram retiradas do e-book *Fiesc, Indústria, Estado da Arte*, elaborado em 2020 em comemoração aos 70 anos da entidade.

ⁱⁱⁱ O Todos pela Educação, movimento guarda-chuva do qual o SC pela Educação faz parte, e o banco firmaram parceria anos antes, em 2013, com o objetivo de supostamente criar “[...] uma cooperação para unirem-se aos esforços do país na melhora da qualidade da Educação Básica” (BID 2013).

^{iv} Programa Internacional de Avaliação de Alunos, organizado e realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

^v De acordo com Gaudêncio Frigotto (2009, s.p), Partindo do pressuposto de que o componente da produção que decorre da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras semelhante a qualquer outro investimento em bens de produção, Schultz define o ‘capital humano’ como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros.

^{vi} De acordo com Marx (2013, p. 117), trabalho simples é dispêndio da força de trabalho que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo.

Sobre as autoras

Alessandra Luíse Nienkotter

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC, na linha de Políticas Educacionais, Ensino e Formação. Pesquisadora do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação, bolsista capes/DS.

E-mail: aluisenk@gmail.com **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6511-3805>

Mariléia Maria da Silva

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Titular no Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Líder do Grupo de Pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação.

Email: marileiamaria@hotmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8746-9001>

Recebido em: 26/06/2022

Aceito para publicação em: 07/07/2022